



19.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;

19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 % sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.1.1 a 19.1.12, conforme art. 156, § 3º da Lei 14.133/2021;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.1.2 a 19.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 19.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 deste Edital será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.8. Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

19.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

20. DA RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS)

Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, a CONTRATANTE efetuará a retenção da contribuição previdenciária patronal (INSS), no percentual de 11% (onze por cento), incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura emitida pela CONTRATADA, relativa à prestação de serviços constantes no artigo 31 da Lei nº 8.212/1991, excetuando-se os casos expressamente previstos na referida Instrução Normativa.

§1º. A retenção não será aplicada nas hipóteses de isenção legal, casos de não incidência previstos na legislação, mediante apresentação dos documentos exigidos nos artigos 116 e 117 da IN RFB nº 2.110/2022.

§2º. A CONTRATADA deverá destacar expressamente na nota fiscal o valor da retenção do INSS, caso seja devida, bem como apresentar os documentos comprobatórios exigidos para fins de fiscalização e correta apuração da obrigação previdenciária.

§3º. O valor retido será recolhido pela CONTRATANTE à Receita Federal do Brasil, em nome da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

§4º. O não atendimento às exigências documentais ou legais relativas à retenção do INSS poderá implicar na suspensão do pagamento da respectiva nota fiscal até sua regularização.

21. DA COMPROVAÇÃO DA RESERVA LEGAL DE CARGOS

Em atendimento ao disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, as empresas participantes deste certame que possuírem a partir de 100 (cem) empregados deverão apresentar, na fase de habilitação, certidão expedida por órgão competente que ateste o cumprimento da cota legal de reserva de cargos destinada a pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, bem como, quando aplicável, de aprendizes, nos termos da legislação vigente. Referida certidão possui presunção de veracidade, ficando a Administração Pública autorizada a solicitar a documentação comprobatória pertinente, caso haja interposição de recurso, impugnação ou qualquer questionamento que demande a verificação da autenticidade das informações apresentadas.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



- 22.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.
- 22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, endereço eletrônico:

https://licitanet.com.br/https://www.gp.srv.br/transparencia_barradogarcas/servlet/licitacoes_v2?1

23. DO FORO

- 23.1 Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Barra do Garças – MT, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Barra do Garças - MT, 24 de setembro de 2025

Adilson Gonçalves de Macedo
Prefeito Municipal
Portaria nº 3516/2025



INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I. ETP- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARES;

ANEXO II. TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III. MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO IV. MINUTA DE TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V. MODELO DECLARAÇÃO - ENQUADRAMENTO ME OU EPP;

ANEXO VI. MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO VII. MODELO DE TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO;

ANEXO VIII. DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO IX. MINUTA DO CONTRATO.

000117



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a primeira etapa do planejamento da contratação visando auxiliar na elaboração do Termo de Referência.

2. **INFORMAÇÕES DO PROCESSO**

Secretaria (s) Demandante (s):	Secretaria Municipal de Turismo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Comunicação Social.
Responsável (is) pela Demanda:	Wendell Lopes de Araujo – Secretaria Municipal de Turismo; Thiago Marcelo Silva Barbosa – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável; José Bispo dos Santos – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Eliciomar Braz Pereira – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer; Renata Beatriz Billego – Secretaria Municipal Interina de Inclusão e Assistência Social; Salete Terezinha Lauermann – Secretaria Municipal de Saúde; Sérgio Alves Santana – Secretaria Municipal de Comunicação Social.
Objeto:	Futura e eventual Aquisição de Veículos automotores para atender às necessidades operacionais e administrativas das secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT.

3. **DO RELATÓRIO**

3.1. **Da Legislação aplicável:**

- Lei n.º 14.133, de 2021 e legislação correlata.
- Decreto Municipal n.º 5.364/2024 (normativo específico do ETP).
- Decreto Municipal n.º 5.383/2024 (normativa categoria de bens comuns e de luxo).
- Lei Complementar n.º 123, de 2006;
- Lei Municipal nº 4.429 de 17 de maio 2022 de Barra do Garças – MT;

000118



- Resoluções do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito): resoluções que regulamentam questões específicas relacionadas aos veículos, como requisitos de segurança, emissão de documentos, características técnicas, entre outros;
- Normas do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) e DETRAN MT.

3.2. Do benefício para empresas Locais:

- Na licitação de aquisição de veículos automotores, será aplicado o benefício para empresas locais do município, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que estabelece tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- A Lei nº 14.133/2021 permite critérios de incentivo à economia local, desde que respeitados os princípios da isonomia, vantajosidade e competitividade. O benefício para empresas locais não exclui a participação de outros concorrentes, mas cria condições para que os fornecedores regionais tenham mais oportunidades de competir com empresas de grande porte, de modo que as definições previstas no art. 3º da LC nº 123/2006 devem ser respeitadas.
- Ademais, a Lei Municipal nº 4.429 de 17 de maio 2022 dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Barra do Garças, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal, e dá outras providências.
- A inclusão de benefícios estimula o crescimento e fortalecimento do setor no município. Ao contratar empresas da região, os recursos financeiros circulam na economia local, promovendo geração de empregos e aumento da arrecadação tributária.
- Outrossim, empresas locais possuem logística facilitada, o que possibilita o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos para entrega do serviço prestado.
- A adoção de critérios que beneficiem empresas locais é uma medida estratégica para o desenvolvimento econômico do município, garantindo maior agilidade, redução de custos logísticos e fortalecimento do setor empresarial local, sempre respeitando a legalidade e a transparência no processo licitatório.

3.3. Das contratações anteriores:

- O objeto foi adquirido anteriormente através do **Processo Administrativo nº 017/2024, Pregão Eletrônico nº 004/2024**, na qual foi realizada a contratação de empresas atinentes a esta solicitação.

3.4. Da forma de contratação:

- A contratação será formalizada por meio de **Pregão Eletrônico**.

3.5. Do acesso ao orçamento estimado da contratação:

- Na presente análise o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, não sendo o caso de orçamento sigiloso.

000119



3.6. Da necessidade de consolidação da demanda para as demais unidades gestoras e/ou Intenção de Registro de Preços-IRP:

- A demanda compreendida atenderá as unidades gestoras participantes, conforme SD de cada demandante e SD consolidada, em anexo.

3.7. Da aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006:

- Conforme exposto no item 3.2 será aplicado o benefício para empresas locais do município, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 4.429 de 17 de maio 2022.
- Para fins de aplicação dos benefícios, estes estarão dispostos nos termos do EDITAL.

3.8. Da participação ou vedação de empresas em consórcio:

- NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio. Justifica-se devido ao objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do Edital. Entende-se ainda que a vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade no certame.

3.9. Da subcontratação da Lei 14.133/21:

- A subcontratação do objeto só será permitida para serviços complementares relacionados ao objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, sendo vedada a subcontratação da totalidade do objeto, que deverá ser executado diretamente pela contratada.

3.10. Da sustentabilidade:

Recomenda-se que a contratada observe os seguintes requisitos de sustentabilidade:

- Eficiência energética e menor emissão de poluentes, em conformidade com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e normas do CONAMA;
- Tecnologias que reduzam o consumo de combustível, tais como motores com menor emissão de CO² e sistemas de reaproveitamento de energia;
- Materiais recicláveis ou reciclados, quando aplicável, e destinação ambientalmente adequada de resíduos oriundos da fabricação e manutenção;
- Conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando logística reversa de peças, pneus, baterias e lubrificantes;
- Considerar veículos que apresentem baixos níveis de ruído, contribuindo para a minimização do impacto sonoro nas áreas urbanas;
- Verificar se o veículo possui certificações ambientais reconhecidas;
- Boas práticas trabalhistas e sociais nas cadeias produtiva e de fornecimento, conforme requisitos legais.

3.11. Das demais justificativas:

- Não se aplica.



4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo viabilizar a futura e eventual aquisição de veículos automotores, destinada a suprir as necessidades operacionais e administrativas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT. A aquisição de novos veículos permitirá a renovação da frota atual, que em alguns casos encontra-se defasada, prejudicando a eficiência dos serviços prestados. Considerando o déficit atual da frota, agravado pelo leilão de veículos realizado em 2023, e o fato de que a Administração e as Secretarias já dispõem de orçamento com recursos específicos recebidos para essa aquisição, torna-se imprescindível a recomposição do quantitativo necessário para garantir a adequada execução das atividades municipais.

Optar pela aquisição, em vez da locação, revela-se solução mais econômica e estratégica. Na locação, o Município arca indefinidamente com mensalidades e encargos sem formar patrimônio e permanece dependente de contratos temporários, sujeitos a reajustes e à disponibilidade do mercado. Já a compra de veículos resulta em bem permanente, assegurando autonomia administrativa, possibilidade de uso contínuo por vários anos, menor custo global ao longo da vida útil e eventual receita de revenda, benefícios inexistentes no modelo de aluguel.

Com veículos próprios e modernos, as Secretarias Municipais terão à disposição meios de transporte mais seguros, ágeis e confiáveis, possibilitando o melhor desempenho de atividades essenciais, tais como visitas domiciliares, transporte de pacientes, entrega de merenda escolar, fiscalização de obras, transporte de materiais e equipamentos, deslocamento de equipes técnicas e apoio logístico em ações administrativas. Dessa forma, haverá melhoria direta na qualidade dos serviços prestados à população, sobretudo em áreas sensíveis como Saúde, Educação e Assistência Social, que dependem diariamente de veículos para suas atividades.

A renovação da frota permitirá que a Administração Municipal responda de forma mais rápida e eficaz às demandas da população, inclusive em situações emergenciais, garantindo maior segurança aos servidores e o cumprimento das normas e regulamentações vigentes. Ressalta-se, ainda, que veículos novos contam com tecnologias que reduzem a emissão de poluentes, colaborando para a preservação do meio ambiente e alinhando-se às políticas de sustentabilidade adotadas pelo Município.

Assim, a contratação ora proposta é medida estratégica, eficiente e sustentável, assegurando a modernização da frota municipal, a redução de custos de manutenção, a independência em relação a contratos de locação, a segurança dos usuários e a melhoria contínua da prestação de serviços públicos, consolidando-se como uma ação de interesse público e de relevante impacto social.

5. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO



5.1. O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos e implantação no Município, contudo está em consonância com o planejamento orçamentário do município.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo registra os principais requisitos para a contratação, conforme abaixo:

6.1. Prazo de entrega/execução:

A contratada ficará obrigada a entregar os veículos em até **30 (trinta) dias** após emissão da Ordem de Fornecimento.

6.2. Horário e Local(is) de execução:

Os veículos deverão ser entregues nas sedes das secretarias demandantes ou em outro local por elas previamente indicado, ocasião em que será realizada a inspeção para atestar a conformidade com as especificações técnicas e as condições contratuais.

A entrega deverá ser realizada em horário de expediente compreendido das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, na presença de servidores das secretarias.

- **Secretaria Municipal de Turismo**

Sede: Endereço: Rua Carajás 522, Bloco IV – Anfiteatro, 1º andar, Centro - Barra do Garças-MT - CEP: 78600-970;

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável**

Endereço: Rua: Independência, 862, quadra 52, centro - Barra do Garças-MT. CEP: 78.600-907;

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**

Endereço: Travessa Voluntários da Pátria, nº 29, setor sul - Barra do Garças-MT;

- **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**

Sede: Endereço: Rua Primeiro de Maio, Centro, anexa ao Complexo Dom Bosco - Barra do Garças-MT;

- **Secretaria Municipal de Inclusão Assistência Social**

Endereço: Rua Vereador Manoel Brito, nº 872, Setor, Centro, Barra do Garças-MT - CEP: 78.600-108;

- **Secretaria Municipal de Saúde**

Sede: Endereço: Rua Carajás Nº 420, Setor Sul II, CEP. 78.600-140 - Barra do Garças/MT;

- **Secretaria Municipal de Comunicação Social**

Sede: Endereço: Rua Carajás, 522, centro Barra do Garças-MT.

6.3. Manutenção e assistência técnica:

A empresa Concessionária e Revendedora, deverá oferecer ASSISTENCIA TÉCNICA AUTORIZADA para realizar as revisões periódicas coberta pela garantia de fábrica do objeto e nos casos de manutenção corretiva e preventiva no período de garantia oferecido pelo fabricante. As despesas com as revisões serão arcadas pelo município de Barra do Garças-MT.

000122



- A assistência técnica autorizada, compreende possuir toda a gama de peças para reposição, mão de obra qualificada prestada por mecânicos especializados e treinados pela própria fábrica do objeto ofertado na proposta comercial;
- Durante o período de garantia deverá prestar manutenção preventiva e corretiva em conformidade com as recomendações do fabricante, ficando as despesas por conta do município, exceto nos casos em que o problema for defeito de fabricação;
- A contratada ou prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante.

6.4. Prazo para substituição/correção:

10 (dez) dias;

6.5. Prazo de vigência:

- 12 (doze) meses, contados da data da publicação de seu extrato Diário Oficial do Município link: <https://www.amm.org.br/>, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as regras previstas em lei.

6.6. Índice de reajuste adotado para contratação e indicação do período para o reajustamento:

- O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA é amplamente utilizado por refletir a variação do custo de vida e ser um indicador confiável da inflação no país.

6.7. O objeto estudado poderá ser contratado de forma continuada:

- Não se aplica.

6.8. Indicação ou vedação de marcas ou modelos específicos ou como referência:

- Não se aplica.

6.9. Treinamento de pessoal/apresentação de catálogo/exigência de amostras/prova de conceito (se for o caso - art. 41, II, NLL):

- Não se aplica.

6.10. Do prazo e forma de garantia (garantias de proposta e garantias de execução - Art. 58 e 96, NLL):

- Além da garantia de fábrica, a contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses.

6.11. Penalidades por atraso:

- Em caso de atraso nas entregas, a empresa poderá ser penalizada conforme previsto no contrato, incluindo multas diárias proporcional ao valor dos produtos não entregues dentro do prazo estipulado.

6.12. Outros requisitos exigidos para a contratação:

000123



Os requisitos abaixo estabelecem as condições mínimas e obrigatórias que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) atender para o fornecimento dos veículos automotores. O objetivo é garantir a entrega de bens de qualidade, em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes, assegurando segurança, eficiência e atendimento integral às necessidades da Administração Pública:

- Demonstrar capacidade logística e operacional para atender integralmente às condições de entrega, transporte e prazos estabelecidos no contrato.
- Informar, no momento da proposta, **marca, modelo e ano de fabricação**, devendo ser **ano/modelo vigente ou mais recente**.
- Detalhar o tipo de motor (gasolina, etanol, flex, diesel, híbrido ou elétrico), potência, torque e eficiência de combustível.
- Indicar dimensões do veículo, capacidade de carga e número de assentos.
- Os veículos deverão ser entregues com, no mínimo, os seguintes **itens obrigatórios**: ar-condicionado, sistema de som com rádio/USB/Bluetooth, airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes e demais acessórios exigidos pela legislação de trânsito ou especificados no edital.
- Os veículos devem atender a todas as **normas e regulamentações nacionais e internacionais de segurança veicular e emissões**, incluindo o **Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE)**, ou norma equivalente vigente à data da contratação.
- O fornecedor deverá garantir que cada veículo seja submetido a **inspeções e testes de qualidade** antes da entrega, emitindo laudo que ateste a conformidade com as especificações técnicas e normas de segurança.
- Fornecer veículos **zero quilômetro, sem qualquer uso prévio**.
- A contratada deverá **transportar os veículos até o município de destino em caminhão-plataforma, carreta cegonha ou veículo fechado apropriado**, assegurando que a **quilometragem permaneça zerada**, não sendo aceitos veículos com registro de quilometragem.
- O prazo máximo de entrega deverá ser respeitado conforme definido no edital/contrato, contado a partir da assinatura do instrumento contratual.
- A entrega deverá ocorrer **nas sedes das secretarias demandantes ou em local previamente indicado**, mediante agendamento.
- Será realizada **vistoria técnica** no ato da entrega para conferência das especificações, condições contratuais, integridade física e documentação.
- Cada veículo deverá ser entregue com **toda a documentação completa**, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome do ente contratante; Nota Fiscal; Manual do proprietário em português; Certificado de garantia do fabricante.

000124



- Os veículos devem ser entregues **emplacados, licenciados, com IPVA, DPVAT e demais taxas quitadas**, prontos para uso imediato.
- Garantia mínima de **12 (doze) meses sem limite de quilometragem**, ou garantia de fábrica superior, quando aplicável, com cobertura nacional.
- Disponibilizar **rede de assistência técnica autorizada** no município, com prazos máximos para atendimento e fornecimento de peças de reposição originais.
- Apresentar cronograma de revisões preventivas recomendadas pelo fabricante.
- Priorizar veículos com **eficiência energética comprovada** segundo as normas do INMETRO e que apresentem menor emissão de poluentes.
- Quando possível, incentivar a oferta de **modelos híbridos ou elétricos**, desde que compatíveis com as necessidades do objeto e viabilidade orçamentária.

6.13. Condições do recebimento:

- O veículo deverá atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas no ETP, no Termo de Referência e na proposta, sendo que a inobservância dessas condições implicará na recusa do objeto, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.
- O veículo será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada.
- O veículo deverá ser entregue documentado e emplacado no nome da Contratante.
- Caso não atenda às exigências, o veículo poderá ser rejeitado e deverá ser substituído pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, ficando estabelecido que a inadequação do veículo à proposta implicará no não pagamento.
- Todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto correrão por conta exclusiva da contratada, incluindo impostos, fretes, transporte, carga, descarga e entrega na sede do Município, entre outras.
- Até a efetiva entrega, o veículo será de responsabilidade exclusiva da contratada, que responderá por eventuais danos ou prejuízos causados ao Município de Barra do Garças-MT ou a terceiros durante o transporte.
- A contratada poderá requerer a prorrogação dos prazos fixados, desde que o faça antes de seu vencimento e mediante a devida formalização e apresentação de justificativa.
- Na hipótese anterior, a contratante analisará as razões apresentadas e decidirá pela concessão da prorrogação ou pela aplicação das sanções cabíveis.

6.14. Atendimento a normas e regulamentações:

- Deverá seguir todas as exigências do CONTRAN.



7. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. Considerando que houve contratação anterior do objeto para nortear o planejamento da quantidade a ser adquirida, a partir do quantitativo solicitado e eventos que possam impactar na demanda futura, a quantidade para atender à necessidade que está informada na solicitação de demanda e neste estudo segue na tabela a seguir:

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE
1	87383	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4 X 4, CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO CHEVROLET S10 LTZ, ANO/MODELO MÍNIMO 2024, TRACÇÃO 4X4, CARROCERIA SOB CHASSI, 0 (ZERO) KM, MÍNIMO DE 4(QUATRO) PORTAS, COR BRANCO, AR CONDICIONADO; A PARTIR DE 190 CV; CILINDRADA: A PARTIR DE 1.950 CC; A PARTIR DECILINDROS 04 (QUATRO); CAPACIDADE 05(CINCO) LUGARES SISTEMA DE INJEÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE IGNIÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: MOTO TURBO-COM MÍNIMO 2.0 LITROS DIESEL; NÚMERO DE MARCHAS: DE 07 (SETE); CÂMBIO: AUTOMÁTICO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: DISCO VENTILADO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RODAS E PNEUS: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; CINTOS DE SEGURANÇA, CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO VIGENTE; ANTEPARO PROTETOR DO MOTOR OU PROTETOR DE CÂRTER; ENCOSTO DE CABEÇA CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; SENSOR DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO DO VEÍCULO; CÂMERA DE RÉ; VIDRO ELÉTRICO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, 01 (UM) JOGO DE TAPETE 04(QUATRO), ENGATE PARA REBOQUE, CAPOTA MARÍTIMA, ALARME PEÇAS ACESSÓRIOS INSTALADOS EM CONCESSIONARIA AUTORIZADA OU TRANSFORMADORA HOMOLOGADA DA FABRICANTE, TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS DE ACORDO COMO O CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; COM INSTALAÇÃO NO INCLUSA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	12
2	87384	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO FIAT STRADA, NA COR BRANCA, ZERO KM, CABINE DUPLA. ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE PARA 5 LUGARES, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA, 883 LITROS. ÚLTIMO MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS, COMBUSTÍVEL FLEX. (GASOLINA, ETANOL), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA, 1.2. POTÊNCIA MÍNIMA, 120 CV. AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, DESEMPAÇADOR TRASEIRO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULA EM TODOS OS VIDROS (CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR), APARELHO DE SOM COM RADIO AM/FM/CD E ENTRADA USB, FARÓIS DE NEBLINA, PROTETOR DE CARTER, TAPETES DE BORRACHA INTERIOR, PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS DA VERSÃO OFERECIDA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO QUITADO) LACRADO E EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.	UNIDADE	12
3	87456	VEÍCULO DE PASSEIO, HATCH, 0KM, ANO/MODELO 2025/2025; MOTOR 1.0 ASPIRADO POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 75 CV (G), TORQUE IGUAL OU SUPERIOR A 9,7 KGFM; TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL/FLEX; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME); VIDRO DIANTEIROS ELÉTRICO, CAPACIDADE DO TANQUE IGUAL OU SUPERIOR A 50 LITROS, PORTAL MALAS CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 LITROS, CAPACIDADE 05 LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUP; CÂMBIO MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; RODAS IGUAL OU SUPERIOR ARO 14" ; BANCOS EM TECIDO; RADIO AM E FM, BLUETOOTH, USB E FONES DE MÉDIOS E AGUDOS NAS	UNIDADE	3



		PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; PELÍCULA NOS VIDROS; JOGO DE TAPETES E EMPLACAMENTO, COR: BRANCA.		
4	87457	VEÍCULO TIPO SEDAN, AUTOMOTOR, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AO MODELO FIAT CRONOS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), COM CAPACIDADE PARA UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DOIS COMBUSTÍVEIS EM QUALQUER PROPORÇÃO; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; 04 (QUATRO) PORTAS; ANO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV (E) / 100 CV (G); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS; RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 14" OU 15", COM PNEUS DE NO MÍNIMO 185/60R15 E CALOTAS; FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO ASSISTIDA ELÉTRICA; TRAVAS ELÉTRICAS; AR-CONDICIONADO; TAPETES DE BORRACHA PARA O INTERIOR; TODOS OS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE NA COR BRANCA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA, SENDO VEDADA A APRESENTAÇÃO DE ITENS ADAPTADOS, MESMO QUE INSTALADOS EM OFICINAS AUTORIZADAS.	UNIDADE	2

7.2. Os quantitativos foram calculados em conformidade com as necessidades indicadas pelas Secretarias constadas na Solicitação de Demanda (SD).

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

8.1. Levantamento das soluções existentes no mercado

Foram analisadas diversas alternativas de contratação disponíveis no mercado para atender à necessidade de recomposição da frota veicular das Secretarias Municipais, considerando critérios técnicos, financeiros e operacionais. Entre as possibilidades estudadas, destacam-se:

8.1.1. Pregão

Eletrônico:

O pregão, em conformidade com o inciso XLI do art. 6º e demais dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta-se como modalidade adequada para aquisição de **bens comuns**, como veículos automotores. Suas principais vantagens incluem:

- Estímulo à concorrência, possibilitando preços mais competitivos;
- Maior clareza e objetividade no processo, simplificando a contratação e reduzindo burocracia;
- Condições comerciais potencialmente mais vantajosas, como preços e prazos de pagamento.

No contexto do presente estudo, o pregão permite duas possibilidades: aquisição de veículo zero km ou locação de veículo. Considerando o déficit atual da frota, agravado pelo leilão de veículos realizado em dezembro de 2023, a **aquisição se apresenta como a alternativa mais adequada**, tendo em vista que a Administração e as Secretarias já dispõem de orçamento com recursos específicos recebidos para essa aquisição, além de permitir mais flexibilidade de uso, adaptabilidade às diversas demandas das Secretarias e possibilidade de utilização imediata em situações emergenciais.



Embora o investimento inicial seja superior ao custo de locação, a aquisição representa economia a longo prazo e constitui investimento em patrimônio do Município, aumentando seu ativo fixo e melhorando a infraestrutura disponível.

8.1.2. Sistema de Registro de Preços (SRP):

O Sistema de Registro de Preços oferece flexibilidade e planejamento nas aquisições, permitindo que a Administração realize compras gradualmente e conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de aquisição imediata. As principais vantagens incluem:

- Planejamento orçamentário eficiente;
- Possibilidade de atender mais de um órgão ou entidade com a mesma ata;
- Facilidade na gestão e controle de recursos públicos, evitando estoques desnecessários;
- Rapidez na contratação quando há demanda concreta.

8.1.3. Adesão à Ata de Registro de Preços

A adesão a uma Ata de Registro de Preços é uma alternativa que permite ao Município aproveitar processos licitatórios já realizados por outros órgãos, sem a necessidade de conduzir nova licitação. Esse procedimento possibilita formalizar a adesão, especificando veículos e quantidades, e firmar contrato com o fornecedor definido na Ata. Entretanto, essa alternativa apresenta limitações:

- Restrição à escolha de fornecedores, marcas, modelos e especificações técnicas;
- Condições contratuais preestabelecidas, como prazos de entrega, forma de pagamento e cláusulas rígidas, que podem não atender às necessidades específicas das Secretarias;
- Menor flexibilidade operacional e dificuldade em atender demandas urgentes ou específicas.

8.1.4. Outras modalidades de licitação

Foram consideradas ainda modalidades como concorrência, tomada de preços e convite. Contudo, essas alternativas mostraram-se **menos adequadas** ao objeto.

8.2. Da solução escolhida:

Após análise das alternativas de mercado, conclui-se que a **melhor solução é a utilização do pregão eletrônico aliado ao Sistema de Registro de Preços para aquisição de veículos zero km**. Essa combinação atende aos critérios legais, técnicos e econômicos, garantindo:

- Flexibilidade e adaptabilidade às demandas das Secretarias;
- Planejamento e eficiência na utilização dos recursos públicos;
- Economia a longo prazo;
- Recomposição da frota de forma ágil e eficaz.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

9.1. Para a obtenção do valor previamente estimado em processo licitatório, utiliza-se dos parâmetros definidos em lei, conforme processo de formação de preços anexo.



9.2. A partir do quantitativo estudado em atendimento a unidade requisitante e os parâmetros obtidos através das pesquisas de preços realizadas no presente estudo, que intentaram o valor mais próximo possível do praticado no mercado, segue estimativa do valor da contratação conforme exposto na tabela abaixo, cujo valor informado foi cotado juntamente com o servidor responsável pela formação de preços.

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO.	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	87383	VEICULO TIPO CAMINHONETE 4 X 4, CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO CHEVROLET S10 LTZ, ANO/MODELO MÍNIMO 2024, TRACÇÃO 4X4, CARROCERIA SOB CHASSI, 0 (ZERO) KM, MÍNIMO DE 4(QUATRO) PORTAS, COR BRANCO, AR CONDICIONADO; A PARTIR DE 190 CV; CILINDRADA: A PARTIR DE 1.950 CC; A PARTIR DECILINDROS 04 (QUATRO); CAPACIDADE 05(CINCO) LUGARES SISTEMA DE INJEÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE IGNIÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: MOTO TURBO-COM MÍNIMO 2.0 LITROS DIESEL; NÚMERO DE MARCHAS: DE 07 (SETE); CÂMBIO: AUTOMÁTICO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: DISCO VENTILADO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RODAS E PNEUS: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; CINTOS DE SEGURANÇA, CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO VIGENTE; ANTEPARO PROTETOR DO MOTOR OU PROTETOR DE CÂRTER; ENCOSTO DE CABEÇA CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; SENSOR DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO DO VEÍCULO; CÂMERA DE RÉ; VIDRO ELÉTRICO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, 01 (UM) JOGO DE TAPETE 04(QUATRO), ENGATE PARA REBOQUE, CAPOTA MARÍTIMA, ALARME PEÇAS ACESSÓRIOS INSTALADOS EM CONCESSIONARIA AUTORIZADA OU TRANSFORMADORA HOMOLOGADA DA FABRICANTE, TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS DE ACORDO COMO O CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; COM INSTALAÇÃO NO INCLUSA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID.	12	R\$ 288.000,00	R\$ 3.456.000,00
2	87384	VEICULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO FIAT STRADA, NA COR BRANCA, ZERO KM, CABINE DUPLA. ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE PARA 5 LUGARES, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA, 683 LITROS. ULTIMO MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS, COMBUSTÍVEL FLEX. (GASOLINA, ETANOL), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA, 1.2. POTÊNCIA MÍNIMA, 120 CV. AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, DESEMBAÇADOR TRASEIRO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULA EM TODOS OS VIDROS (CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR), APARELHO DE SOM COM RADIO AM/FM/CD E ENTRADA USB, FARÓIS DE NEBLINA, PROTETOR DE CARTER, TAPETES DE BORRACHA INTERIOR,	UNID.	12	R\$ 129.950,00	R\$ 1.559.400,00



		PROTECTOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS DA VERSÃO OFERECIDA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO QUITADO) LACRADO E EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.				
3	87456	VEÍCULO DE PASSEIO, HATCH, 0KM, ANO/MODELO 2025/2025; MOTOR 1.0 ASPIRADO POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 75 CV (G); TORQUE IGUAL OU SUPERIOR A 9,7 KGFM; TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL/FLEX; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME); VIDRO DIANTEIROS ELÉTRICO, CAPACIDADE DO TANQUE IGUAL OU SUPERIOR A 50 LITROS, PORTAL MALAS CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 LITROS, CAPACIDADE 05 LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUP; CÂMBIO MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; RODAS IGUAL OU SUPERIOR ARO 14"; BANCOS EM TECIDO; RADIO AM E FM, BLUETOOTH, USB E FONES DE MÉDIOS E AGUDOS NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; PELÍCULA NOS VIDROS; JOGO DE TAPETES E EMPLACAMENTO, COR: BRANCA.	UNID.	3	R\$ 102.500,00	R\$ 307.500,00
4	87457	VEÍCULO TIPO SEDAN, AUTOMOTOR, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AO MODELO FIAT CRONOS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), COM CAPACIDADE PARA UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DOIS COMBUSTÍVEIS EM QUALQUER PROPORÇÃO; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; 04 (QUATRO) PORTAS; ANO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV (E) / 100 CV (G); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS; RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 14" OU 15", COM PNEUS DE NO MÍNIMO 185/60R15 E CALOTAS; FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO ASSISTIDA ELÉTRICA; TRAVAS ELÉTRICAS; AR-CONDICIONADO; TAPETES DE BORRACHA PARA O INTERIOR; TODOS OS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE NA COR BRANCA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA, SENDO VEDADA A APRESENTAÇÃO DE ITENS ADAPTADOS, MESMO QUE INSTALADOS EM OFICINAS AUTORIZADAS.	UNID.	2	R\$ 119.449,50	R\$ 238.899,00

9.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.561.799,00 (cinco milhões quinhentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e nove reais).

9.4. A pesquisa pormenorizada dos valores acima mencionados segue acostada no Mapa de Pesquisa de Preços, juntamente com os Orçamentos que embasaram tal documento.

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. A solução adotada consiste na aquisição de veículos zero km por meio de Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços, garantindo flexibilidade, planejamento e eficiência na recomposição da frota das Secretarias Municipais.

000130



10.2. Os veículos deverão ser entregues em até 30 dias, nas sedes das secretarias ou local previamente indicado, em horário de expediente, com vistoria técnica para conferência das especificações, condições contratuais, integridade física e documentação completa (CRLV, NF, manual do proprietário, certificado de garantia, veículos emplacados e licenciados).

10.3. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 meses, manutenção preventiva e corretiva com peças originais e assistência técnica autorizada local. O fornecedor será responsável pelo transporte, preservando a quilometragem zerada até a entrega.

10.4. Os veículos devem atender a normas de segurança e emissões veiculares, possuir os equipamentos obrigatórios de conforto e segurança (ar-condicionado, airbags, freios ABS, cintos de três pontos, sistema de som, entre outros) e, sempre que possível, priorizar eficiência energética ou modelos híbridos/elétricos compatíveis com o orçamento e necessidades da Administração.

10.5. O recebimento será condicionado à conformidade com as especificações, podendo haver substituição em até 10 dias em caso de não atendimento. Todas as despesas com fornecimento, transporte e entrega serão de responsabilidade da contratada. A solução assegura flexibilidade operacional, eficiência econômica, atendimento às normas legais e técnicas e investimento em patrimônio público.

11. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição de veículos será parcelada por unidade ou por grupos de características semelhantes, garantindo competitividade, economia e eficiência. Essa abordagem permite atender às demandas específicas de cada Secretaria, favorece a participação de fornecedores especializados e possibilita planejamento orçamentário adequado, assegurando transparência e atendimento eficaz às necessidades da Administração Municipal.

12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação da aquisição de veículos por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços tem como objetivos principais gerar economicidade e otimização de recursos, conforme demonstrado a seguir:

12.1. Redução de custos e economicidade financeira: a compra planejada e progressiva dos veículos permite melhores condições de preço, evitando pagamentos desnecessários e diluindo o investimento ao longo do tempo. A propriedade dos veículos contribui para economia a longo prazo, eliminando despesas com locação periódica.

12.2. Melhor aproveitamento dos recursos humanos: a disponibilidade de veículos modernos e adequados às demandas das Secretarias reduz o tempo perdido com manutenção de veículos antigos, permitindo que servidores concentrem esforços nas atividades-fim da Administração.

000131



12.3. Otimização de recursos materiais e logísticos: veículos novos e padronizados diminuem custos de manutenção corretiva, facilitam gestão de frota e garantem maior confiabilidade operacional.

12.4. Flexibilidade e planejamento operacional: a utilização do Sistema de Registro de Preços permite aquisição conforme a necessidade, evitando excesso de estoque e garantindo que os veículos estejam disponíveis quando e onde forem necessários.

12.5. Investimento em patrimônio público: a aquisição amplia o ativo do Município, melhora a infraestrutura disponível e assegura retorno econômico e operacional, ao mesmo tempo em que atende de forma contínua e eficiente às necessidades das Secretarias.

13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

13.1. Previamente a celebração do contrato, a Administração deve conduzir processo licitatório, amparada na Lei 14.133/21, garantindo que a empresa vencedora atenda aos requisitos técnicos e esteja habilitada cumprindo os requisitos legais, fiscais e trabalhistas. Durante a execução do contrato, será nomeado fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato os fiscais serão designados por cada secretaria em conformidade ao Decreto Municipal 5.374 de 23 de janeiro de 2024 que dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos, sendo estes responsáveis pela solução de impasses ou divergências e a verificação do cumprimento das normas e regulamentos necessários.

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. De acordo com a solução adotada não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação, sejam elas já realizadas ou em contratações futuras.

15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS

15.1. A aquisição de veículos automotores pode gerar impactos ambientais relacionados à emissão de poluentes atmosféricos, ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos como pneus, baterias, óleos e peças metálicas. Esses fatores exigem medidas de controle para minimizar efeitos adversos ao meio ambiente e contribuir para a redução de gases de efeito estufa.

15.2. Para mitigar tais impactos, serão priorizados veículos com maior eficiência energética e menor consumo de combustível, de acordo com os padrões do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO) e demais normas ambientais pertinentes. Também será exigida a



adoção de manutenção preventiva para prolongar a vida útil da frota e evitar vazamentos ou poluição decorrente do uso inadequado.

15.3. Adicionalmente, os fornecedores deverão comprovar a destinação ambientalmente correta de resíduos e componentes, atendendo às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e à legislação correlata, inclusive quanto à logística reversa. Essas ações asseguram que a aquisição ocorra de forma sustentável e responsável, com uso racional dos recursos públicos.

16. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1. Os riscos ordinários, comuns a toda contratação, não serão pontuados na presente análise de riscos, porquanto se encontram previstos no plano básico de fiscalização e a equipe não identificou outros riscos que mereçam ser pontuados.

16.2. Do Plano Básico de Fiscalização:

16.2.1. A gestão do contrato ficará a encargo dos servidores:

Secretaria Municipal de Turismo:

Gestor: Luciana Costa da Silva (matrícula nº 13387-5)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável:

Gestor: Ana Lúcia Manzano Deluci (matrícula nº 12198)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Gestor: Aryane Leão Moraes (matrícula nº 10502)

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Gestor: Alessandra Peres (matrícula nº 119536)

Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social:

Gestor: Cláudia Monteiro Silva (matrícula nº 4792-2)

Secretaria Municipal de Saúde:

Gestor: Viviane Moraes Silva (matrícula nº 13909)

Secretaria Municipal de Comunicação Social:

Gestor: Sergio Reis de Arruda (matrícula nº 10165)

16.2.2. Os atestados referentes à execução do contrato deverão ser feitos pelos fiscais:

Secretaria Municipal de Turismo:

Fiscal: Fernando Mundim Penteado (matrícula nº 1385-1)

Suplente: Jackeline Franco Moraes (matrícula nº 14017-3)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável:

Fiscal: João Lenine Xavier Medeiros (matrícula nº 1874)

Suplente: Pedro Carmelito Guimarães (matrícula nº 3323)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Fiscal: Pablo Valoes Metello (matrícula nº 3562)



Suplente: Marcelo Arruda de Jesus (matrícula nº 30)

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Fiscal: Itelmivaldo Pereira Longuinho (matrícula nº 223)

Suplente: Edson Rubens Pereira (matrícula nº 119577)

Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social:

Fiscal: Elizeth Cristina de Almeida (matrícula nº 12029-1)

Suplente: Daniel José Soares França (matrícula nº

Secretaria Municipal de Saúde:

Fiscal: Wilmar de Matos Carvalho (matrícula nº 771)

Secretaria Municipal de Comunicação Social:

Fiscal: Thaynara Fernandes de Oliveira (matrícula nº 119424)

Suplente: Lucas dos Santos (matrícula nº 13686)

16.2.3. A equipe de fiscalização designada deverá obrigatoriamente atender ao Plano Básico de Fiscalização, conforme disposto no Decreto nº 5.374 de 23 de janeiro de 2.204, publicado na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, conforme link abaixo:

<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/fotos_licitacao/921.pdf>

17. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pela unidade demandante, consideramos VIÁVEL a contratação, seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo.

18. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Barra do Garças/MT, 10 de setembro de 2025.

Ana Julia dos Santos Rocha

Agente de Contratação Fase Interna – substituta.

Secretaria de Administração

19. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que autorizo a contratação nos termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.

Sérgio Alves Santana
Secretário Municipal de Comunicação
Social

Thiago Marcelo Silva Barbosa
Secretário Mun. de Desenv. Urbano e
Sustentável



Portaria nº 21.821/2025	Portaria nº 21.820/2025
Wendell Lopes de Araujo Secretário Municipal de Turismo Portaria nº 21.822/2025	José Bispo dos Santos Secretário Mun. de Desenvolvimento Econômico Portaria nº 21.818/2025
Renata Beatriz Bilego Secretária Municipal Interina de Inclusão e Ass. Social Portaria nº 22.622/2025 Eliciomar Braz Pereira Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer Portaria nº 21.823/2025	Salete Terezinha Lauermann Secretária Municipal de Saúde Portaria nº 21.816/2025

Barra do Garças/MT, 10 de setembro 2025.

000135



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO E FORMA DE CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui-se objeto deste Termo de Referência a apresentação de elementos descritivos para futura e eventual Aquisição de Veículos automotores para atender às necessidades operacionais e administrativas das secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	87383	VEICULO TIPO CAMINHONETE 4 X 4, CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO CHEVROLET S10 LTZ, ANO/MODELO MÍNIMO 2024, TRACÇÃO 4X4, CARROCERIA SOB CHASSI, 0 (ZERO) KM, MÍNIMO DE 4(QUATRO) PORTAS, COR BRANCO, AR CONDICIONADO; A PARTIR DE 190 CV; CILINDRADA: A PARTIR DE 1.950 CC; A PARTIR DECILINDROS 04 (QUATRO); CAPACIDADE 05(CINCO) LUGARES SISTEMA DE INJEÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE IGNIÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: MOTO TURBO-COM MÍNIMO 2.0 LITROS DIESEL; NÚMERO DE MARCHAS: DE 07 (SETE); CÂMBIO: AUTOMÁTICO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: DISCO VENTILADO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RODAS E PNEUS: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; CINTOS DE SEGURANÇA, CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO VIGENTE; ANTEPARO PROTETOR DO MOTOR OU PROTETOR DE CÁRTER; ENCOSTO DE CABEÇA CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; SENSOR DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO NO PARA-CHOQUE	UNID.	12	R\$ 288.000,00	R\$ 3.456.000,00



		TRASEIRO DO VEÍCULO; CÂMERA DE RÉ; VIDRO ELÉTRICO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, 01 (UM) JOGO DE TAPETE 04(QUATRO), ENGATE PARA REBOQUE, CAPOTA MARÍTIMA, ALARME PEÇAS ACESSÓRIOS INSTALADOS EM CONCESSIONARIA AUTORIZADA OU TRANSFORMADORA HOMOLOGADA DA FABRICANTE, TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS DE ACORDO COMO O CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; COM INSTALAÇÃO NO INCLUSA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
2	87384	VEICULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO FIAT STRADA, NA COR BRANCA, ZERO KM, CABINE DUPLA. ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE PARA 5 LUGARES, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA, 683 LITROS. ULTIMO MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANÚAL OU AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS, COMBUSTÍVEL FLEX. (GASOLINA, ETANOL), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA, 1.2. POTÊNCIA MÍNIMA, 120 CV. AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, DESEMPAÇADOR TRASEIRO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULA EM TODOS OS VIDROS (CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR), APARELHO DE SOM COM RADIO AM/FM/CD E ENTRADA USB, FARÓIS DE NEBLINA, PROTETOR DE CARTER, TAPETES DE BORRACHA INTERIOR, PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS DA VERSÃO OFERECIDA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO QUITADO) LACRADO E EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.	UNID.	12	R\$ 129.950,00	R\$ 1.559.400,00
3	87456	VEÍCULO DE PASSEIO, HATCH, 0KM, ANO/MODELO 2025/2025; MOTOR 1.0 ASPIRADO POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 75 CV (G), TORQUE IGUAL OU SUPERIOR A 9,7 KGFM; TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL/FLEX; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME); VIDRO DIANTEIROS ELÉTRICO, CAPACIDADE DO TANQUE IGUAL OU SUPERIOR A 50 LITROS, PORTAL MALAS CAPACIDADE MÍNIMA	UNID.	3	R\$ 102.500,00	R\$ 307.500,00



		DE 260 LITROS, CAPACIDADE 05 LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUP; CÂMBIO MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; RODAS IGUAL OU SUPERIOR ARO 14"; BANCOS EM TECIDO; RADIO AM E FM, BLUETOOTH, USB E FONES DE MÉDIOS E AGUDOS NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; PELÍCULA NOS VIDROS; JOGO DE TAPETES E EMPLACAMENTO, COR: BRANCA.				
4	87457	VEÍCULO TIPO SEDAN, AUTOMOTOR, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AO MODELO FIAT CRONOS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), COM CAPACIDADE PARA UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DOIS COMBUSTÍVEIS EM QUALQUER PROPORÇÃO; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; 04 (QUATRO) PORTAS; ANO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV (E) / 100 CV (G); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS; RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 14" OU 15", COM PNEUS DE NO MÍNIMO 185/60R15 E CALOTAS; FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO ASSISTIDA ELÉTRICA; TRAVAS ELÉTRICAS; AR-CONDICIONADO; TAPETES DE BORRACHA PARA O INTERIOR; TODOS OS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE NA COR BRANCA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA, SENDO VEDADA A APRESENTAÇÃO DE ITENS ADAPTADOS, MESMO QUE INSTALADOS EM OFICINAS AUTORIZADAS.	UNID.	2	R\$ 119.449,50	R\$ 238.899,00

1.3. A contratação será processada pelo Sistema de Pregão Eletrônico, conforme autoriza o Decreto Municipal nº 5.151/2023, e objetiva atender as demandas das seguintes secretarias participantes:

- Secretaria Municipal de Turismo;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social;



- Secretaria Municipal de Saúde.
- Secretaria Municipal de Comunicação Social.

1.4. Na licitação para futura e eventual aquisição de veículos automotores para atender às necessidades operacionais e administrativas das secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT, será aplicado o benefício para empresas locais do município, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que estabelece tratamento diferenciado para **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** e **Lei Municipal 14.629/2022**.

1.5. A **Lei nº 14.133/2021** permite critérios de incentivo à economia local, desde que respeitados os princípios da **isonomia, vantajosidade e competitividade**. O benefício para empresas locais não exclui a participação de outros concorrentes, mas cria condições para que os fornecedores regionais **tenham mais oportunidades de competir com empresas de grande porte**.

1.6. A inclusão de benefícios estimula o crescimento e fortalecimento do setor de serviços especializados no município. Ao contratar empresas da região, os recursos financeiros **circulam na economia local**, promovendo geração de empregos e aumento da arrecadação tributária.

1.7. Ademais, empresas locais possuem **logística facilitada** para prestação de serviços especializados, o que reduz o tempo de entrega e suporte técnico. Isso minimiza períodos de inatividade dos sistemas e melhora a eficiência da administração pública.

1.9. A adoção de critérios que beneficiem empresas locais na licitação para futura e eventual aquisição de veículos automotores para atender às necessidades operacionais e administrativas das secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT, é uma **medida estratégica para o desenvolvimento econômico e tecnológico do município**, garantindo maior agilidade, **redução de custos logísticos e fortalecimento do setor empresarial local**, sempre respeitando a legalidade e a transparência no processo licitatório.

1.10. As quantidades indicadas no subitem 1.2 são estimativas de consumo anual, podendo ser renovadas por mais 12 meses, observadas as regras previstas na Ata de Registro de Preços.

1.11. Não será permitido ao licitante:

- a) Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2 deste Termo de Referência (proposta parcial);
- b) Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.12. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto Municipal n.º 5.383/2024.

1.13. **Utilização do catálogo de padronização:**

1.13.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

000139



1.14. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e dos Contratos dela decorrentes:

1.14.1. O prazo de vigência do contrato a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data da publicação de seu extrato Diário Oficial do Município link: <https://www.amm.org.br/>, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as regras de Preços, podendo renovar os quantitativos para atendimento do próximo período.

1.15. No prazo de validade dos contratos/instrumentos, a Secretaria demandante, não poderá participar em outro procedimento licitatório que tenha o mesmo objeto desta, conforme preceitua o inciso VIII do art. 82 da Lei 14.133, de 2021.

1.16. O prazo de duração dos contratos/instrumentos, decorrentes deste procedimento, não se confunde com o prazo de vigência da própria Ata que deu origem ao contrato, estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei 14.133, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo viabilizar a futura e eventual aquisição de veículos automotores, destinada a suprir as necessidades operacionais e administrativas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT.

2.2. A aquisição de novos veículos permitirá a renovação da frota atual, que em alguns casos encontra-se defasada, prejudicando a eficiência dos serviços prestados. Considerando o déficit atual da frota, agravado pelo leilão de veículos realizado em 2023, e o fato de que a Administração e as Secretarias já dispõem de orçamento com recursos específicos recebidos para essa aquisição, torna-se imprescindível a recomposição do quantitativo necessário para garantir a adequada execução das atividades municipais.

2.3. Optar pela aquisição, em vez da locação, revela-se solução mais econômica e estratégica. Na locação, o Município arca indefinidamente com mensalidades e encargos sem formar patrimônio e permanece dependente de contratos temporários, sujeitos a reajustes e à disponibilidade do mercado. Já a compra de veículos resulta em bem permanente, assegurando autonomia administrativa, possibilidade de uso contínuo por vários anos, menor custo global ao longo da vida útil e eventual receita de revenda, benefícios inexistentes no modelo de aluguel.

2.4. Com veículos próprios e modernos, as Secretarias Municipais terão à disposição meios de transporte mais seguros, ágeis e confiáveis, possibilitando o melhor desempenho de atividades essenciais, tais como visitas domiciliares, transporte de pacientes, entrega de merenda escolar, fiscalização de obras, transporte de materiais e equipamentos, deslocamento de equipes técnicas e apoio logístico em ações administrativas.

2.5. Dessa forma, haverá melhoria direta na qualidade dos serviços prestados à população, sobretudo em áreas sensíveis como Saúde, Educação e Assistência Social, que dependem diariamente de veículos para suas atividades.

2.6. A renovação da frota permitirá que a Administração Municipal responda de forma mais rápida



e eficaz às demandas da população, inclusive em situações emergenciais, garantindo maior segurança aos servidores e o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

2.7. Ressalta-se, ainda, que veículos novos contam com tecnologias que reduzem a emissão de poluentes, colaborando para a preservação do meio ambiente e alinhando-se às políticas de sustentabilidade adotadas pelo Município.

2.8. Assim, a contratação ora proposta é medida estratégica, eficiente e sustentável, assegurando a modernização da frota municipal, a redução de custos de manutenção, a independência em relação a contratos de locação, a segurança dos usuários e a melhoria contínua da prestação de serviços públicos, consolidando-se como uma ação de interesse público e de relevante impacto social.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação, por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, tem por objetivo viabilizar a aquisição planejada de veículos automotores, garantindo economicidade, ampliação do patrimônio municipal e maior confiabilidade operacional, ao mesmo tempo em que reduz custos de manutenção e facilita a gestão da frota.

3.2. A disponibilidade de veículos modernos permitirá melhor aproveitamento dos recursos humanos, liberando servidores de atividades relacionadas a manutenção de veículos antigos e possibilitando foco nas atividades-fim da Administração. O Sistema de Registro de Preços oferece flexibilidade operacional, permitindo aquisições conforme a necessidade e garantindo que os veículos estejam disponíveis quando e onde forem requeridos.

3.3. Da exigência de amostras:

3.3.1. Não se aplica.

3.4. Da necessidade de treinamento de pessoal/apresentação de catálogo de produtos (se for o caso):

3.4.1. Não se aplica.

3.5. Da indicação de marcas ou modelos específicos ou como referência:

3.5.1. Não se aplica.

3.6. Da vedação de utilização de marca/produto na execução contratual:

3.6.1. Não se aplica.

3.7. Da sustentabilidade:

Recomenda-se que a contratada observe os seguintes requisitos de sustentabilidade:

3.7.1. Eficiência energética e menor emissão de poluentes, em conformidade com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e normas do CONAMA;

3.7.2. Tecnologias que reduzam o consumo de combustível, tais como motores com menor emissão de CO² e sistemas de reaproveitamento de energia;



3.7.3. Materiais recicláveis ou reciclados, quando aplicável, e destinação ambientalmente adequada de resíduos oriundos da fabricação e manutenção;

3.7.4. Conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando logística reversa de peças, pneus, baterias e lubrificantes;

3.7.5. Considerar veículos que apresentem baixos níveis de ruído, contribuindo para a minimização do impacto sonoro nas áreas urbanas;

3.7.6. Verificar se o veículo possui certificações ambientais reconhecidas;

3.7.7. Boas práticas trabalhistas e sociais nas cadeias produtiva e de fornecimento, conforme requisitos legais.

3.8. Do consórcio:

3.8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, devido ao objeto da licitação não ser considerado de alta complexidade.

3.9. Da subcontratação:

3.9.1. A subcontratação do objeto só será permitida para serviços complementares relacionados ao objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, sendo vedada a subcontratação da totalidade do objeto, que deverá ser executado diretamente pela contratada.

3.10. Da exigência de garantia da contratação:

3.10.1. Não se aplica.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços deverão observar os seguintes requisitos:

4.1. Prazo de entrega/execução:

4.1.1. A contratada ficará obrigada a entregar os veículos em até **30 (trinta) dias** após emissão da Ordem de Fornecimento.

4.2. Locais e horários da entrega:

4.2.1. Os veículos deverão ser entregues nas sedes das secretarias demandantes ou em outro local por elas previamente indicado, ocasião em que será realizada a inspeção para atestar a conformidade com as especificações técnicas e as condições contratuais:

- **Secretaria Municipal de Turismo**

Sede: Endereço: Rua Carajás 522, Bloco IV – Anfiteatro, 1º andar, Centro - Barra do Garças-MT - CEP: 78600-970;

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável**

Endereço: Rua: Independência, 862, quadra 52, centro - Barra do Garças-MT. CEP: 78.600-907;

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**

Endereço: Travessa Voluntários da Pátria, nº 29, setor sul - Barra do Garças-MT;

- **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**



Sede: Endereço: Rua Primeiro de Maio, Centro, anexa ao Complexo Dom Bosco - Barra do Garças-MT;

• **Secretaria Municipal de Inclusão Assistência Social**

Endereço: Rua Vereador Manoel Brito, nº872, Setor, Centro, Barra do Garças-MT - CEP:78.600-108;

• **Secretaria Municipal de Saúde**

Sede: Endereço: Rua Carajás Nº 420, Setor Sul II, CEP. 78.600-140 - Barra do Garças/MT;

• **Secretaria Municipal de Comunicação Social**

Sede: Endereço: Rua Carajás, 522, centro Barra do Garças-MT.

4.2.2. A entrega deverá ser realizada em **horário de expediente** compreendido das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, na presença de servidores das secretarias.

4.3. Condições de recebimento do produto/serviço:

4.3.1. O veículo deverá atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência e na proposta, sendo que a inobservância dessas condições implicará na recusa do objeto, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

4.3.2. O veículo será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada;

4.3.3. O veículo deverá ser entregue documentado e emplacado no nome da Contratante;

4.3.4. Caso não atenda às exigências, o veículo poderá ser rejeitado e deverá ser substituído pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, ficando estabelecido que a inadequação do veículo à proposta implicará no não pagamento;

4.3.5. Todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto correrão por conta exclusiva da contratada, incluindo impostos, fretes, transporte, carga, descarga e entrega na sede do Município, entre outras.

4.3.6. Até a efetiva entrega, o veículo será de responsabilidade exclusiva da contratada, que responderá por eventuais danos ou prejuízos causados ao Município de Barra do Garças-MT ou a terceiros durante o transporte.

4.3.7. A contratada poderá requerer a prorrogação dos prazos fixados, desde que o faça antes de seu vencimento e mediante a devida formalização e apresentação de justificativa.

4.3.8. Na hipótese anterior, a contratante analisará as razões apresentadas e decidirá pela concessão da prorrogação ou pela aplicação das sanções cabíveis.

4.4. Manutenção e assistência técnica:

4.4.1. A empresa Concessionária e Revendedora, deverá oferecer ASSISTENCIA TÉCNICA AUTORIZADA para realizar as revisões periódicas coberta pela garantia de fábrica do objeto e nos



casos de manutenção corretiva e preventiva no período de garantia oferecido pelo fabricante. As despesas com as revisões serão arcadas pelo município de Barra do Garças-MT.

4.4.2. A assistência técnica autorizada, compreende possuir toda a gama de peças para reposição, mão de obra qualificada prestada por mecânicos especializados e treinados pela própria fábrica do objeto ofertado na proposta comercial;

4.4.3. Durante o período de garantia deverá prestar manutenção preventiva e corretiva em conformidade com as recomendações do fabricante, ficando as despesas por conta do município, exceto nos casos em que o problema for defeito de fabricação;

4.4.4. A contratada ou prestadora de serviços de assistência técnica indicada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica, com peças novas e originais do fabricante.

4.5. Prazo para substituição/correção:

4.5.1. 10 (dez) dias.

4.6. Prazo de garantia:

4.6.1. Além da garantia de fábrica, a contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.7. Prazo de vigência:

4.7.1. 12 (doze) meses, contados da data da publicação de seu extrato Diário Oficial do Município link: <https://www.amm.org.br/>, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as regras previstas em lei.

4.8. Índice de reajuste adotado para contratação e indicação do período para o reajustamento:

4.8.1. O Índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA é amplamente utilizado por refletir a variação do custo de vida e ser um indicador confiável da inflação no país.

4.9. Penalidades por atraso:

4.9.1. Em caso de atraso nas entregas, a empresa poderá ser penalizada conforme previsto no contrato, incluindo multas diárias proporcional ao valor dos produtos não entregues dentro do prazo estipulado.

4.10. Atendimento a normas e regulamentações:

4.10.1. Deverá seguir todas as exigências do CONTRAN.

4.11. Outros requisitos exigidos para a contratação:

Os requisitos abaixo estabelecem as condições mínimas e obrigatórias que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) atender para o fornecimento dos veículos automotores. O objetivo é garantir a entrega de bens de qualidade, em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes, assegurando segurança, eficiência e atendimento integral às necessidades da Administração Pública:

000144



- 4.11.1. Demonstrar capacidade logística e operacional para atender integralmente às condições de entrega, transporte e prazos estabelecidos no contrato;
- 4.11.2. Informar, no momento da proposta, marca, modelo e ano de fabricação, devendo ser ano/modelo vigente ou mais recente;
- 4.11.3. Detalhar o tipo de motor (gasolina, etanol, flex, diesel, híbrido ou elétrico), potência, torque e eficiência de combustível;
- 4.11.4. Indicar dimensões do veículo, capacidade de carga e número de assentos;
- 4.11.5. Os veículos deverão ser entregues com, no mínimo, os seguintes itens obrigatórios: ar-condicionado, sistema de som com rádio/USB/Bluetooth, airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes e demais acessórios exigidos pela legislação de trânsito ou especificados no edital;
- 4.11.6. Os veículos devem atender a todas as normas e regulamentações nacionais e internacionais de segurança veicular e emissões, incluindo o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), ou norma equivalente vigente à data da contratação;
- 4.11.7. O fornecedor deverá garantir que cada veículo seja submetido a inspeções e testes de qualidade antes da entrega, emitindo laudo que ateste a conformidade com as especificações técnicas e normas de segurança;
- 4.11.8. Fornecer veículos zero quilômetro, sem qualquer uso prévio;
- 4.11.9. A contratada deverá transportar os veículos até o município de destino em caminhão-plataforma, carreta cegonha ou veículo fechado apropriado, assegurando que a quilometragem permaneça zerada, não sendo aceitos veículos com registro de quilometragem;
- 4.11.10. O prazo máximo de entrega deverá ser respeitado conforme definido no edital/contrato, contado a partir da assinatura do instrumento contratual;
- 4.11.11. A entrega deverá ocorrer nas sedes das secretarias demandantes ou em local previamente indicado, mediante agendamento;
- 4.11.12. Será realizada vistoria técnica no ato da entrega para conferência das especificações, condições contratuais, integridade física e documentação;
- 4.11.13. Cada veículo deverá ser entregue com toda a documentação completa, incluindo: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome do ente contratante, Nota Fiscal, Manual do proprietário em português, Certificado de garantia do fabricante;
- 4.11.14. Os veículos devem ser entregues emplacados, licenciados, com IPVA, DPVAT e demais taxas quitadas, prontos para uso imediato;
- 4.11.15. Garantia mínima de 12 (doze) meses sem limite de quilometragem, ou garantia de fábrica superior, quando aplicável, com cobertura nacional;
- 4.11.16. Disponibilizar rede de assistência técnica autorizada no município, com prazos máximos para atendimento e fornecimento de peças de reposição originais;



- 4.11.17. Apresentar cronograma de revisões preventivas recomendadas pelo fabricante;
- 4.11.18. Priorizar veículos com eficiência energética comprovada segundo as normas do INMETRO e que apresentem menor emissão de poluentes;
- 4.11.19. Quando possível, incentivar a oferta de modelos híbridos ou elétricos, desde que compatíveis com as necessidades do objeto e viabilidade orçamentária.

5. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 5.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de execução, este será anexo ao edital e deverá ser observado no processo de fiscalização.
- 5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:
 - 5.2.1. Número do instrumento substitutivo/contrato ou número do empenho;
 - 5.2.2. Número do processo;
 - 5.2.3. Número da licitação;
- 5.3. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, e deverá trazer em anexo, a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 5.6. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.
- 5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.9. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.
- 5.10. Do pagamento:
 - 5.10.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação.



5.10.2. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

5.10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.10.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.10.6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.10.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.10.8. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

5.10.9. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

5.10.10. Não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

5.10.11. Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

6. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão do contrato ficará a encargo dos servidores:

6.1.1. Secretaria Municipal de Turismo:

6.2. Gestor: Luciana Costa da Silva (matrícula nº 13387-5)

6.1.2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável:

Gestor: Ana Lúcia Manzano Deluci (matrícula nº 12198)

6.1.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Gestor: Aryane Leão Moraes (matrícula nº 10502)

6.1.4. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Gestor: Alessandra Peres (matrícula nº 119536)

6.1.5. Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social:

Gestor: Claudia Monteiro Silva (matrícula nº 4792-2)

6.1.6. Secretaria Municipal de Saúde:



Gestor: Viviane Moraes Silva (matrícula nº 13909)

6.1.7. Secretaria Municipal de Comunicação Social:

Gestor: Sergio Reis de Arruda (matrícula nº 10165)

6.2. Os atestos referentes à execução do contrato deverão ser feitos pelos fiscais:

6.2.1. Secretaria Municipal de Turismo:

Fiscal: Fernando Mundim Penteado (matrícula nº 1385-1)

Suplente: Jackeline Franco Moraes (matrícula nº 14017-3)

6.2.2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável:

Fiscal: João Lenine Xavier Medeiros (matrícula nº 1874)

Suplente: Pedro Carmelito Guimarães (matrícula nº 3323)

6.2.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Fiscal: Pablo Valoes Metello (matrícula nº 3562)

Suplente: Marcelo Arruda de Jesus (matrícula nº 30)

6.2.4. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Fiscal: Itelmivaldo Pereira Longuinho (matrícula nº 223)

Suplente: Edson Rubens Pereira (matrícula nº 119577)

6.2.5. Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social:

Fiscal: Elizeth Cristina de Almeida (matrícula nº 12029-1)

Suplente: Daniel José Soares França (matrícula nº)

6.2.6. Secretaria Municipal de Saúde:

Fiscal: Wilmar de Matos Carvalho (matrícula nº 771)

6.2.7. Secretaria Municipal de Comunicação Social:

Fiscal: Thaynara Fernandes de Oliveira (matrícula nº 119424)

Suplente: Lucas dos Santos (matrícula nº 13686)

6.3. Os fiscais e gestores de contrato/ata desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato/ata, o Município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item "gerenciamento de riscos" do relatório do estudo técnico.

6.4. O Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente do ETP e se este foi dispensado na presente contratação, os interessados poderão consultar o endereço eletrônico abaixo para acesso às disposições do processo de fiscalização (equipe de fiscalização, forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros), não podendo a empresa detentora alegar desconhecimento do PBF, constando o instrumento publicado no sítio oficial do município, no link: <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/fotos_licitacao/921.pdf>

6.5. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar



preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato.

6.6. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão da minuta da Ata/Contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A licitação será dividida em itens, facultando ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

7.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório de **Pregão Eletrônico**, na modalidade **Sistema de Registro de Preço (SRP)**, com adoção do critério de julgamento de **menor preço por item**.

7.3. Das Exigências de Habilitação:

7.3.1. Conforme estudo técnico preliminar, além dos documentos gerais e legais relativos ao objeto, a constarem do Edital, não foram identificados outros documentos de habilitação específicos.

7.3.2. Para a presente contratação serão exigidos os documentos ordinários de habilitação, conforme prescrito no capítulo VI da Lei 14.133/21, a serem exigidos no edital.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado da contratação é **R\$ 5.561.799,00 (cinco milhões quinhentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e nove reais)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado pelo em pesquisa de mercado.

9. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Os preços poderão ser revistos a qualquer tempo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do detentor da ata, a Administração reestabelecerá o equilíbrio econômico-financeiro inicial concomitantemente à alteração.

9.3. Administração analisará o pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, acompanhado dos devidos cálculos, notas fiscais anteriores, tabelas de preços oficiais e demais documentos comprobatórios pertinentes.

9.4. Após a análise do pedido, e desde que, a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos, a Administração reestabelecerá, mediante termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.5. A formalização do termo aditivo é condição para a execução pelo detentor da ata das prestações determinadas pela Administração no curso da execução da ARP/contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização



deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.6. No caso do disposto do subitem 9.1., a alteração unilateral e o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão formalizados no mesmo termo aditivo.

9.7. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 2021, conforme estabelecido no Edital e Instrumento Contratual.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As dotações orçamentárias destinadas para executar as demandas provenientes deste procedimento foram designadas nas Solicitações de Demanda (SD) individuais de cada Secretaria participante e seguem acostadas neste processo.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO DETENTOR DA ATA

12.1. Os direitos e obrigações do órgão gerenciador, do detentor da ata e dos órgãos e entidades participantes são aqueles que estão previstos na Ata de Registro de Preço.

12.2. Celebrado instrumento que se utilizará em decorrência da ARP, os órgãos e/ou entidades participantes passam a ser designados como "Contratantes" e o detentor da ata como "Contratado", e estão sujeitas as obrigações descritas na respectiva Ata de Registro de Preços.

13. DA ADESAO À ATA POR "NÃO PARTICIPANTES"

13.1. Durante a sua validade, a Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não participante do procedimento, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei 14.133, de 2021.

Barra do Garças, 16 de setembro de 2025.

ELABORADO POR:

Ana Julia dos Santos Rocha
Agente de Contratação Fase Interna – substituta.
Secretaria de Administração

APROVADO POR:

Sérgio Alves Santana Secretário Municipal de Comunicação Social Portaria nº 21.821/2025	Thiago Marcelo Silva Barbosa Secretário Mun. de Desenv. Urbano e Sustentável Portaria nº 21.820/2025
Wendell Lopes de Araújo Secretário Municipal de Turismo Portaria nº 21.822/2025	José Bispo dos Santos Secretário Mun. de Desenvolvimento Econômico Portaria nº 21.818/2025
Renata Beatriz Bilego Secretária Municipal Interina de Inclusão e Ass. Social Portaria nº 22.622/2025 Elciomar Braz Perelra Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer Portaria nº 21.823/2025	Salete Terezinha Lauermann Secretária Municipal de Saúde Portaria nº 21.816/2025



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025

_____ (nome da empresa), CNPJ/MF n.º _____, sediada _____ (endereço completo) _____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a contratação, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:

BANCO:
AGÊNCIA:
OPERAÇÃO:
CONTA:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME/ NACIONALIDADE/ ESTADO CIVIL/ RG/ CPF/
E-MAIL:
TELEFONE:

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	87383	VEICULO TIPO CAMINHONETE 4 X 4, CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO CHEVROLET S10 LTZ, ANO/MODELO MÍNIMO 2024, TRACÇÃO 4X4, CARROCERIA SOB CHASSI, 0 (ZERO) KM, MÍNIMO DE 4(QUATRO) PORTAS, COR BRANCO, AR CONDICIONADO; A PARTIR DE 190 CV; CILINDRADA: A PARTIR DE 1.950 CC; A PARTIR DECILINDROS 04 (QUATRO); CAPACIDADE 05(CINCO) LUGARES SISTEMA DE INJEÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE IGNIÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: MOTO TURBO-COM MÍNIMO 2.0 LITROS DIESEL; NÚMERO DE MARCHAS: DE 07 (SETE); CÂMBIO: AUTOMÁTICO CONFORME LINHA	UNID.	12	R\$ 288.000,00	R\$ 3.456.000,00



		DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: DISCO VENTILADO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RODAS E PNEUS: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; CINTOS DE SEGURANÇA, CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO VIGENTE; ANTEPARO PROTETOR DO MOTOR OU PROTETOR DE CÂRTER; ENCOSTO DE CABEÇA CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; SENSOR DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO DO VEÍCULO; CÂMERA DE RÉ; VIDRO ELÉTRICO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, 01 (UM) JOGO DE TAPETE 04(QUATRO), ENGATE PARA REBOQUE, CAPOTA MARÍTIMA, ALARME PEÇAS ACESSÓRIOS INSTALADOS EM CONCESSIONARIA AUTORIZADA OU TRANSFORMADORA HOMOLOGADA DA FABRICANTE, TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS DE ACORDO COMO O CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; COM INSTALAÇÃO NO INCLUSA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
2	87384	VEICULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO FIAT STRADA, NA COR BRANCA, ZERO KM, CABINE DUPLA. ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE PARA 5 LUGARES, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA, 683 LITROS. ULTIMO MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS, COMBUSTÍVEL FLEX. (GASOLINA, ETANOL), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA, 1.2. POTÊNCIA MÍNIMA, 120 CV. AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, DESEMBAÇADOR TRASEIRO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULA EM TODOS OS VIDROS (CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR), APARELHO DE SOM COM RADIO AM/FM/CD E ENTRADA USB, FARÓIS DE NEBLINA, PROTETOR DE CARTER, TAPETES DE BORRACHA INTERIOR, PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS DA VERSÃO OFERECIDA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LICENCIAMENTO E SEGURO	UNID.	12	R\$ 129.950,00	R\$ 1.559.400,00



		OBRIGATÓRIO QUITADO) LACRADO E EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.				
3	87456	VEÍCULO DE PASSEIO, HATCH, 0KM, ANO/MODELO 2025/2025; MOTOR 1.0 ASPIRADO POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 75 CV (G), TORQUE IGUAL OU SUPERIOR A 9,7 KGFM; TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL/FLEX; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME); VIDRO DIANTEIROS ELÉTRICO, CAPACIDADE DO TANQUE IGUAL OU SUPERIOR A 50 LITROS, PORTAL MALAS CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 LITROS, CAPACIDADE 05 LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUP; CÂMBIO MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; RODAS IGUAL OU SUPERIOR ARO 14" ; BANCOS EM TECIDO; RADIO AM E FM, BLUETOOTH, USB E FONES DE MÉDIOS E AGUDOS NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; PELÍCULA NOS VIDROS; JOGO DE TAPETES E EMPLACAMENTO, COR: BRANCA.	UNID.	3	R\$ 102.500,00	R\$ 307.500,00
4	87457	VEÍCULO TIPO SEDAN, AUTOMOTOR, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AO MODELO FIAT CRONOS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), COM CAPACIDADE PARA UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DOIS COMBUSTÍVEIS EM QUALQUER PROPORÇÃO; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; 04 (QUATRO) PORTAS; ANO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV (E) / 100 CV (G); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS; RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 14" OU 15", COM PNEUS DE NO MÍNIMO 185/60R15 E CALOTAS; FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO ASSISTIDA ELÉTRICA; TRAVAS ELÉTRICAS; AR-CONDICIONADO; TAPETES DE BORRACHA PARA O INTERIOR; TODOS OS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE NA COR BRANCA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA, SENDO VEDADA A APRESENTAÇÃO DE ITENS ADAPTADOS, MESMO QUE INSTALADOS EM OFICINAS AUTORIZADAS.	UNID.	2	R\$ 119.449,50	R\$ 238.899,00



1. Validade da Proposta Mínimo 60 (sessenta) Dias;
2. Local da entrega: Conforme Edital e seus Anexos.
3. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;
4. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;
5. O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento dos serviços, bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;
6. Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;
7. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
8. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
9. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

_____ de _____ de 2025.
(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2025.

OBJETO: futura e eventual Aquisição de Veículos automotores para atender às necessidades operacionais e administrativas das secretarias da Prefeitura Municipal de Barra do Garças – MT.

O Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal, Sr. **Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, estabelecida _____, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor _____, Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua _____, Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO subordinado** às seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto da presente Ata é constituir o Sistema de Registro de Preços, das propostas vencedoras (conforme descritos abaixo) visando atender as necessidades da Administração Municipal do Município de Barra do Garças, tudo em conformidade com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços do Processo Administrativo nº 108/2025, que constituem partes integrantes desta Ata independente de transcrição.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLAUSULA SEGUNDA: O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da sua primeira publicação, poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro. A presente Ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da contratação dos serviços objeto desta Ata correrão à conta dos recursos _____ 02.xxx.xxx.xxxx Elemento Despesa _____.

DO VALOR



CLÁUSULA QUARTA: O valor da contratação da presente Ata de Registro de Preços, ofertado pela empresa acima classificada com o menor preço, perfazendo o total de xxxxx (por extenso xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), os preços unitários, as quantidades, por fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata.

ITEM	CÓD. COPLAN	PRODUTO / SERVIÇO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	87383	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4 X 4, CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO CHEVROLET S10 LTZ, ANO/MODELO MÍNIMO 2024, TRAÇÃO 4X4, CARROCERIA SOB CHASSI, 0 (ZERO) KM, MÍNIMO DE 4(QUATRO) PORTAS, COR BRANCO, AR CONDICIONADO; A PARTIR DE 190 CV; CILINDRADA: A PARTIR DE 1.950 CC; A PARTIR DE 04 (QUATRO) CILINDROS; CAPACIDADE 05(CINCO) LUGARES SISTEMA DE INJEÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE IGNIÇÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTÍVEL: MOTO TURBO-COM MÍNIMO 2.0 LITROS DIESEL; NÚMERO DE MARCHAS: DE 07 (SETE); CÂMBIO: AUTOMÁTICO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SISTEMA DE FREIO: DISCO VENTILADO CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; DIREÇÃO: HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RODAS E PNEUS: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; CINTOS DE SEGURANÇA, CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO VIGENTE; ANTEPARO PROTETOR DO MOTOR OU PROTETOR DE CÁRTER; ENCOSTO DE CABEÇA CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; SENSOR DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO DO VEÍCULO; CÂMERA DE RÉ; VIDRO ELÉTRICO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, 01 (UM) JOGO DE TAPETE 04(QUATRO), ENGATE PARA REBOQUE, CAPOTA MARÍTIMA, ALARME PEÇAS ACESSÓRIOS INSTALADOS EM CONCESSIONARIA AUTORIZADA OU TRANSFORMADORA HOMOLOGADA DA FABRICANTE, TODOS OS ITENS E ACESSÓRIOS DE ACORDO COMO O CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO; COM INSTALAÇÃO NO INCLUSA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNID.	12	R\$ 288.000,00	R\$ 3.456.000,00
2	87384	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES ÀS DO MODELO FIAT STRADA, NA	UNID.	12	R\$ 129.950,00	R\$ 1.559.400,00



		COR BRANCA, ZERO KM, CABINE DUPLA. ESPECIFICAÇÃO: CAPACIDADE PARA 5 LUGARES, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA, 683 LITROS. ULTIMO MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS, COMBUSTÍVEL FLEX. (GASOLINA, ETANOL), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA, 1.2. POTÊNCIA MÍNIMA, 120 CV. AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, DESEMBAÇADOR TRASEIRO, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULA EM TODOS OS VIDROS (CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR), APARELHO DE SOM COM RADIO AM/FM/CD E ENTRADA USB, FARÓIS DE NEBLINA, PROTETOR DE CARTER, TAPETES DE BORRACHA INTERIOR, PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA E DEMAIS ACESSÓRIOS E ITENS DA VERSÃO OFERECIDA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, DOCUMENTAÇÃO DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LICENCIAMENTO E SEGURO OBRIGATÓRIO QUITADO) LACRADO E EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.				
3	87456	VEÍCULO DE PASSEIO, HATCH, 0KM, ANO/MODELO 2025/2025; MOTOR 1.0 ASPIRADO POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 75 CV (G), TORQUE IGUAL OU SUPERIOR A 9,7 KGFM; TIPO DE COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL/FLEX; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME); VIDRO DIANTEIROS ELÉTRICO, CAPACIDADE DO TANQUE IGUAL OU SUPERIOR A 50 LITROS, PORTAL MALAS CAPACIDADE MÍNIMA DE 260 LITROS, CAPACIDADE 05 LUGARES; FREIOS ABS; AIRBAG DUP; CÂMBIO MANUAL; DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA; RODAS IGUAL OU SUPERIOR ARO 14"; BANCOS EM TECIDO; RADIO AM E FM, BLUETOOTH, USB E FONES DE MÉDIOS E AGUDOS NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS; PELÍCULA NOS VIDROS; JOGO DE TAPETES E EMPLACAMENTO, COR: BRANCA.	UNID.	3	R\$ 102.500,00	R\$ 307.500,00
4	87457	VEÍCULO TIPO SEDAN, AUTOMOTOR, COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) LUGARES, COM CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EQUIVALENTES OU SUPERIORES AO MODELO FIAT CRONOS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), COM CAPACIDADE PARA	UNID.	2	R\$ 119.449,50	R\$ 238.899,00



	UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DOIS COMBUSTÍVEIS EM QUALQUER PROPORÇÃO; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; 04 (QUATRO) PORTAS; ANO/MODELO 2025 OU SUPERIOR; POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV (E) / 100 CV (G); TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LITROS; RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 14" OU 15", COM PNEUS DE NO MÍNIMO 185/60R15 E CALOTAS; FREIOS DIANTEIROS A DISCO VENTILADO E TRASEIROS A TAMBOR; VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS; DIREÇÃO ASSISTIDA ELÉTRICA; TRAVAS ELÉTRICAS; AR-CONDICIONADO; TAPETES DE BORRACHA PARA O INTERIOR; TODOS OS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE NA COR BRANCA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. TODOS OS ITENS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA, SENDO VEDADA A APRESENTAÇÃO DE ITENS ADAPTADOS, MESMO QUE INSTALADOS EM OFICINAS AUTORIZADAS.				
--	---	--	--	--	--

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Secretaria Municipal demandante monitorará os preços dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preço de compromisso de fornecimento, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pela execução dos serviços objeto desta Ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o Decreto Municipal nº 5.385/2024.

DO REAJUSTE, REVISÃO DE PREÇOS E ÍNDICE

CLÁUSULA QUINTA: A Prefeitura Municipal de Barra do Garças poderá realizar reajuste do preço registrado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).



PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUARTA: Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO QUINTA: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O reajuste será realizado por apostilamento.

PARÁGRAFO NONO: Os valores estabelecidos neste contrato serão reajustados anualmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que o substitua, referente ao período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de aniversário do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso o índice mencionado no parágrafo anterior não esteja disponível na data de aniversário do contrato, o reajuste será calculado com base no último índice divulgado até a data limite de reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reajuste será aplicado sobre o valor total do contrato vigente à época do reajuste.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA: O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitado, conforme art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, quando houver:

- A) Alteração unilateral do contrato pela Administração;



- B) Fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato;
- C) Caso fortuito ou força maior;
- D) Ato do príncipe, entendendo-se como tal qualquer ato da Administração Pública que, direta ou indiretamente, onere o contrato;
- E) Fato da Administração, quando esta impedir ou retardar a execução do contrato;
- F) Alterações significativas nos preços dos insumos essenciais à execução do contrato, devidamente comprovadas.
- G) deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- H) apresentando justificativas detalhadas e documentação comprobatória dos fatos e seus impactos econômicos no contrato;
- I) A Administração, ao receber o pedido, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para analisar e responder, podendo solicitar informações ou documentos complementares;
- DA CONTRATAÇÃO, CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO.**

CLÁUSULA SÉTIMA: A existência de preços registrados não obriga a administração municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para contratações dos serviços, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme previsto no art. 83 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após formalizada a Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de contratação, a mesma será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme dispõe o Art. 95 da Lei 14.133/2021. Se houver contrato, esse passará observar o regime jurídico previsto na lei 14.133/2021, quanto aos prazos e vigência e demais mecanismos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As solicitações serão realizadas por intermédio de nota de empenho ordinário e ordem de fornecimento/serviço nos casos de empenhos globais ou estimativo, que deverá ser retirada pelo CONTRATADO no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo disposição diversa constante do edital e anexo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, o prazo para retirada da Nota Empenho/Ordem de Fornecimento/Serviço poderá ser prorrogado por igual período;

PARÁGRAFO QUARTO: A nota de empenho/Ordens/contrato poderá ser encaminhada via e-mail, indicado pela empresa, e/ou via correios ou retirado pessoalmente pelo contratado;

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo para entrega/instalação ou início da execução somente se iniciará após a confirmação de recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento/serviço pelo Contratado, fato que deverá ser certificado no Processo.



I. A DETENTORA PODE informar e-mail institucional e DEVE indicar pessoal ou setor responsável pela comunicação/tratativas com a Administração Municipal. Essas informações serão usadas como, oficial, para comunicação e envio de documentos e o prazo de que trata o PARÁGRAFO QUINTO da presente CLÁSULA, iniciará 24 horas após o envio (e-mail) do empenho ou documento diverso.

PARÁGRAFO SEXTO: A entrega da nota de empenho e a assinatura do contrato (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação pela DETENTORA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

- a) Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;
- b) Certificado de regularidade de situação, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante).

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ao receber a ordem de serviço/nota de empenho a DETENTORA deverá dela passar recibo na cópia que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: A empresa detentora ficará obrigada a entregar/installar os objetos em até 15 (quinze) dias corridos após emissão da Ordem de Fornecimento;

PARÁGRAFO NONO: Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a Administração Municipal de Barra do Garças ou a terceiros, em razão dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA: A DETENTORA do Registro deverá executar o objeto da presente Ata após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço/Nota de Empenho, conforme todas as exigências e especificações técnicas contidas Termo de Referência, Edital e proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com o artigo 140, inciso I e/ou II (conforme o caso) da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. **PROVISORIAMENTE** – pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, indicado pela secretaria mediante termo de recebimento, após o recebimento da nota fiscal/fatura;



II. **DEFINITIVAMENTE** – por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo não excederá 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O(s) servidor(es) que receber(em) itens ou serviços em desacordo com o registrado na presente Ata, será(ão) responsabilizado(s), mediante instauração de processo administrativo, conforme previsto no Decreto Municipal nº 5.374 de 23 de Janeiro de 2024 e suas alterações/atualizações.

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá apresentar a competente nota fiscal (e demais documentos que por ventura sejam exigidos no edital), acompanhada do atestado/termo de recebimento definitivo (se for o caso) e dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

- a) Certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;
- b) Certificado de regularidade de situação Fundo de Garantia do Tempo de Serviço–FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Certidão de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Estando a regular a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA, em um dos Bancos informados pelas mesmas ou por ordem bancária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = 1/365$ $I = 6/100/365$

$I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%



PARÁGRAFO QUARTO: Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à DETENTORA ou inadimplência contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA DÉCIMA: Cumprir com o objeto da presente Ata de Registro de Preços, dentro do prazo, condições e no local de execução conforme Termo de Referência do Processo Administrativo n. 108/2025, de acordo com o preço registrado, sob pena de ter a ata cancelada nos termos do artigo 28 do Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso haja a necessidade de acionamento do direito à garantia, a contratada deverá realizar a coleta e entrega dos objetos substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com todas as despesas, ficando a cargo da contratada;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da execução do serviço/fornecimento dos bens, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive as despesas com pessoal, e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo Município de Barra do Garças.

PARÁGRAFO QUARTO: Responder perante a Administração Municipal de Barra do Garças e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na entrega dos itens/materiais, objeto deste contrato sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à realização dos serviços objeto do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUINTO: Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Administração desta Municipalidade.

PARÁGRAFO SEXTO: Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da execução do objeto da presente Ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

PARÁGRAFO OITAVO: Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços.



PARÁGRAFO NONO: A DETENTORA deve manter-se, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A empresa contratada deverá executar a entrega/serviços objetos do Termo de Referência, sendo estes de acordo com padrões de fábrica, com padrões de PRIMEIRA QUALIDADE, e em conformidade com as normas técnicas e as especificações constantes na Autorização de Fornecimento, para que não venha causar danos ao erário. Executar serviços obedecendo à melhor técnica vigente, enquadrando-se dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas cabíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: fornecer e colocar à disposição da DETENTORA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do serviço/entrega do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

PARÁGRAFO QUARTO: Acompanhar a execução dos serviços, efetuada pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.

PARÁGRAFO QUINTO: Fiscalizar a entrega, conforme art. 117 da Lei Federal Nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEXTO: O Órgão gerenciador será responsável pela prática de todos os atos de controle da Administração do Sistema de Registro de Preços previstos na Lei Federal nº. 14.133/21 e atualizações e, ainda, no que couber os previstos no Decreto Federal 11.462/23 ou outro que vier suas em substituição.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155º Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

000164